

RELAÇÕES INTERGRUPAIS/EDIFÍCIO ESCOLAR

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

Dia
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Ministério da Indústria quer controlo rigoroso

Acordos LNETI/Universidades só em Junho

NÃO SERÁ desbloqueada antes do início de Junho a suspensão governamental dos programas e protocolos assinados pelo Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI) com Universidades, empresas e associações industriais, em vigor desde o início do ano.

Três despachos do secretário de Estado da Indústria e Energia, Luís Todo Bom, datados de 16 de Abril, determinam que o LNETI elabore um sistema rigoroso de controlo financeiro das verbas transferidas e a transferir para Universidades e empresas ao abrigo dos programas em causa, que deverá passar pela apresentação à tutela. Para aprovação, dos modelos de fichas de controlo financeiro, relatórios de progresso e metodologia de avaliação económico-financeira.

Um responsável do LNETI disse ao EXPRESSO que o cumprimento destas e outras determinações dos referidos despachos não deverá estar concluído antes do final de Maio. Na melhor das hipóteses, até Junho os organismos que estavam a beneficiar da ajuda técnica e financeira do LNETI poderão reatar essa colaboração.

De acordo com o mesmo responsável, a suspensão tão prolongada destes programas e protocolos, essencialmente destinados ao desenvolvimento industrial, está a «prejudicar de forma quase irreparável alguns projectos que estavam em curso». Os organismos mais atingidos são as Universidades, já que não dispõem de verbas próprias. Particularmente delicada é a situação de investigadores e técnicos que estavam a ser pagos ao abrigo dos acordos estabelecidos pelo LNETI.

A falta de cumprimento pelo LNETI dos compromissos financeiros que constam dos acordos levou já o reitor da Universidade do Minho a verificar, recentemente, esta situação. Recorde-se que há já acordos assinados com as Universidades do Porto, Coimbra, Minho, Aveiro, com a Universidade Nova de Lisboa e com o Instituto Superior Técnico. O LNETI estabeleceu também acordos com 60 empresas e com a Associação Industrial do Minho.

Moralizar a situação

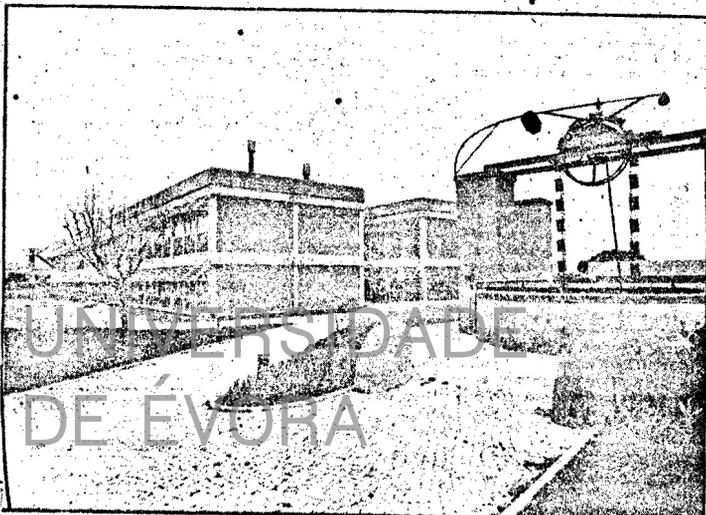
Segundo uma fonte da Secretaria de Estado da Indústria e Energia, os sucessivos despachos relativos a este assunto visam

moralizar a relação entre o LNETI e os organismos a quem dava apoio. Relação que, regra geral, não estava muito claramente definida. As verbas estariam a ser transferidas sem um acompanhamento rigoroso da sua aplicação, segundo o faseamento do projecto a que se destinava. Terá mesmo havido casos em que as verbas globais destinadas a alguns projectos

foram gastas sem os mesmos se iniciarem.

A maioria ou mesmo a totalidade dos acordos será reatada, mas só depois de justificadas as verbas já concedidas e de deter-

minada com exactidão a programação futura. A par com os despachos de Luís Todo Bom, também o ministro da Indústria e Comércio veio reconhecer que, no caso dos contratos de desenvolvimento industrial celebrados com empresas, se «evidencia uma intervenção financeira excessiva do Ministério, a existência de critérios distintos entre projectos e uma considerável ausência de controlo na área financeira e de implementação do projecto».



Suspensão até Junho de acordos entre o LNETI e as Universidades pode prejudicar projectos em curso, mas a Secretaria de Estado da Indústria quer «moralizar a situação»

Ainda segundo o despacho de Luís Todo Bom, a reactivação dos contratos só se efectuará depois de uma «clara especificação das verbas já transferidas pelas diversas rubricas de aplicação de fundos, sua justificação e ponto da situação dos projectos envolvidos». Nos termos desta decisão, o LNETI deverá também explicitar «o programa de reembolsos e de recebimentos de royalties e outras obrigações financeiras».

Relativamente às Universidades as determinações são genericamente iguais: determina-se que, de futuro, o sistema de controlo dos projectos será semestral, de responsabilidade do LNETI e de forma a «permitir a introdução de correcções que a dinâmica do respectivo programa venha a justificar».

Empresas - rel. c/ Universidade